

Analistas defendem urgência na adoção de políticas de distribuição de renda

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Ante as evidências de que haverá uma massa de trabalhadores sem ocupação nas próximas semanas, analistas defendem urgência na adoção de políticas redistributivas de renda. As consequências para o mercado de trabalho e o aumento da desigualdade devido ao impacto da pandemia do coronavírus ainda são difíceis de mensurar com precisão, segundo especialistas. Pelas estimativas de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a taxa de desemprego voltará a crescer no Brasil, podendo ultrapassar 13%, mas os dados não serão muito confiáveis, porque as pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estarão defasadas em razão da limitação de recursos e de pessoas para as pesquisas nos domicílios. Gustavo Arruda, economista-chefe do BNP Paribas para o Brasil, reconhece que o desemprego pode chegar a 13,5% neste ano, mas alerta para a situação dos cerca de 30 milhões a 40 milhões de trabalhadores informais ou autônomos que podem ficar sem trabalho se a economia ficar paralisada por vários meses. Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, a taxa de desocupação neste ano vai chegar a 13,5%. Ele também reconhece que um contingente não poderá ser medido, devido às limitações das pesquisas do IBGE; à redução das entrevistas domiciliares; e ao fato de que o desemprego é medido pelo número de pessoas que saíram de casa para procurar trabalho e não acharam. “A renda média do trabalhador poderá cair perto de 10% no ano, e o país corre o risco de continuar registrando uma recuperação lenta como vinha ocorrendo nos últimos anos”, avalia. Nos Estados Unidos, atual epicentro dos contágios no mundo, em apenas uma semana de paralisação e confinamento social, houve um salto recorde de 3,3 milhões de pedidos de seguro-desemprego. “Esse dado acende um alerta para o fato de que muitos empregos serão destruídos”, avalia Alberto Ramos, economista-chefe do Goldman Sachs para América Latina. Renda básica Mas analistas reconhecem que, no caso do Brasil, a desigualdade no país vinha crescendo após a recessão de 2015 e 2016. Conforme dados da FGV Social, a recuperação lenta da economia e os desajustes no Bolsa Família dos últimos cinco anos significaram um fardo nos ombros dos mais pobres. Além disso, quase não contribuiu para a questão fiscal do país e ainda desprotege os brasileiros mais vulneráveis durante um período de crise econômica. Por essa razão, há um aumento expressivo de especialistas e governos em torno de uma rede de proteção social para os informais e mais pobres, nos moldes do projeto de renda mínima para todos. Analistas de diferentes linhas de teoria econômica estão convergindo as opiniões para a formatação, o quanto antes, de um programa de renda básica universal, lembra a economista Monica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics (PIIE).